

Corredores Ecológicos Urbanos

INTRODUÇÃO	pág. 21
CAPÍTULO 1: Os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos	pág. 27
• 1.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	pág. 31
○ 1.1.1 As Lacunas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	pág. 49
• 1.2 Corredores Ecológicos	pág. 53
○ 1.2.1 Conceito Legal	pág. 53
○ 1.2.2 Corredor Ecológico	pág. 56
CAPÍTULO 2: O Corredor Ecológico Urbano do Mindu e Seus Componentes Ambientais	pág. 61
• 2.1 A Criação do Corredor Ecológico Urbano do Mindu	pág. 64
○ 2.1.1 O Parque do Mindu	pág. 70
○ 2.1.2 A Reserva Particular do Patrimônio Natural Honda	pág. 76
○ 2.1.3 A Ampliação do Projeto para Futura Anexação de Remanescentes Florestais dos Igarapés do Goiabinha e do Geladinho	pág. 82
• 2.2 O Plano de Revitalização do Igarapé do Mindu	pág. 84
○ 2.2.1 O Igarapé do Mindu	pág. 88
○ 2.2.2 O Parque das Nascentes	pág. 93
○ 2.2.3 O Projeto do Parque Linear do Mindu	pág. 96

CAPÍTULO 3: Interferências Externas Relacionadas ao Possível Risco de Dano ao Corredor Ecológico do Mindu

pág. 99

- 3.1 A Construção da Avenida das Torres

pág. 99
- 3.2 Conclusões do Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

pág. 100

 - 3.2.1 O Procedimento Administrativo da SEMMA

pág. 104
 - 3.2.2 Resultado do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental Pactuado no Procedimento Administrativo entre a SEMMA e a Construtora Responsável pela Obra

pág. 109
- 3.3 O Inquérito Civil Público Instaurado pelo Ministério Público Federal no Amazonas

pág. 111

 - 3.3.1 Os Dispositivos Legais Relativos à Construção da Avenida das Torres e Suas Consequências em Relação ao Corredor Ecológico Urbano do Mindu

pág. 117
- 3.4 A Ação Civil Pública Intentada em Defesa do Meio Ambiente por Ações do Poder Público de Dragagem de Igarapés em Contraposição à Criação do Corredor Ecológico Urbano do Mindu

pág. 121

 - 3.4.1 A Ação Civil Pública Enquanto Instrumento Jurídico Protetivo do Meio Ambiente

pág. 121
 - 3.4.2 A Ação Civil Pública no Contexto do Meio Ambiente – Conceitos e Antecedentes Históricos

pág. 122
 - 3.4.3 A Ação Civil Pública e o Dano Ambiental

pág. 128
 - 3.4.4 A Legitimidade Ativa e Passiva da Ação Civil Pública Ambiental

pág. 129
 - 3.4.5 A Competência Jurisdicional na Ação Civil Pública Ambiental

pág. 133
 - 3.4.6 A Ação Civil Pública Ambiental Movida pelo Ministério Público Federal em Razão da Dragagem do Igarapé do Mindu em Desobediência às Regras de Proteção Ambiental

pág. 136

CAPÍTULO 4: As Políticas Públicas Protetivas das Unidades de Conservação e o Papel da Coletividade Nesse Processo

pág. 147

- 4.1 A Criação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos na Legislação do Município de Manaus

pág. 149
- 4.2 Ações do Poder Público Municipal

pág. 151
- 4.3 O Projeto do Sistema Municipal de Áreas Protegidas

pág. 157
- 4.4 A Participação da Coletividade

pág. 170

CONCLUSÃO

pág. 177

REFERÊNCIAS

pág. 181